



## **LEI ORDINÁRIA N.º 1.286/2008**

Dispõe sobre os princípios básicos, a organização e a estrutura administrativa do Município de Lajinha.

O Povo do Município de Lajinha por seus representantes na Câmara Municipal de Lajinha aprovou a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS**

Art. 1º - A Administração Municipal reger-se-á pelos princípios fundamentais do planejamento, da coordenação, do controle, da continuidade administrativa, da essencialidade, da efetividade e da modernização administrativa.

Art. 2º - A Administração Municipal orientar-se-á pelos princípios éticos da legalidade, da probidade, da credibilidade, da moralidade, da publicidade e do respeito aos direitos do cidadão.

### **CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 3º - Administração Municipal é o conjunto das Instituições criadas ou mantidas pelo Município.

Art. 4º - A Administração Municipal se organiza em:

I - órgãos da Administração Direta;

II - entidades da Administração Indireta.

Art. 5º - A Administração Direta compreende os órgãos sem personalidade jurídica própria, integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo, e hierarquicamente submetidos à direção superior do Prefeito Municipal.

Art. 6º - Compõem a Administração Direta:

I - Secretarias e órgãos a elas equiparados;

II - Órgãos Autônomos;

III - Órgãos Colegiados.

§ 1º - Secretaria ou órgão a ela equiparado é o órgão central de direção e coordenação das atividades de sua área de competência.

§ 2º - Órgão Autônomo é aquele que tem assegurado pelo Poder Executivo, autonomia administrativa e financeira, e se subordina à Secretaria Municipal, em cuja área de competência se enquadra sua principal atividade.

§ 3º - Órgão Colegiado é criado por lei, com natureza normativa, consultiva ou fiscalizadora, composto por representantes do poder público e da sociedade, cujas ações envolvem mais de uma área de competência ou cujas atividades atinjam diferentes segmentos da administração municipal.

Art. 7º - A Administração Indireta compreende as entidades com personalidade jurídica própria e que integram a administração municipal por vinculação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 1º - A Administração Indireta compreende as:

- I - Autarquias;
- II - Fundações;
- III - Empresas Públicas;
- IV - Sociedades de Economia Mista.

§ 2º - A criação ou extinção de Órgão da Administração Direta e de Entidades da Administração Indireta dependem de Lei.

### **CAPÍTULO III** **DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA** **SEÇÃO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 8º - A estrutura administrativa do Município de Lajinha - MG compreenderá os órgãos e as unidades administrativas criadas por esta Lei e serão implantadas de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

§ 1º - A estrutura básica compreenderá os órgãos e unidades administrativas de 1º nível hierárquico e será estabelecida nesta lei.

§ 2º - A estrutura complementar compreenderá as unidades administrativas de 2º e 3º níveis hierárquicos devendo guardar estrita consonância com aqueles da estrutura básica estabelecida por esta lei.

§ 3º - As denominações, finalidades, atribuições e competências das unidades administrativas de 2º e 3º níveis hierárquicos serão regulamentadas por ato do Poder Executivo.

Art. 9º - É vedada a implantação de órgãos e unidades administrativas sem a preexistência do respectivo cargo de direção, criado por lei.

Art. 10 - Os órgãos e as unidades administrativas da Administração Direta terão as seguintes denominações e níveis hierárquicos:

- I - no 1º nível: Secretaria, Procuradoria e Controladoria;
- II - no 2º nível: Diretoria;
- III - no 3º nível: Divisão, Centro e Posto.

Art. 11 - Os órgãos e entidades que compõem o Poder Executivo se classificam em:

- I - de assessoramento e controle;
- II - de atividade meio;
- III - de atividade fim.

§ 1º - Os órgãos de assessoramento e de controle têm como finalidade as atividades de apoio direto ao Prefeito.

§ 2º - Os órgãos de atividade meio têm como finalidade a gestão da administração municipal.

§ 3º - Os órgãos de atividade fim têm como finalidade a execução da ação governamental.

§ 4º - Os órgãos de atividade meio e os de atividade fim se incumbirão de assegurar a articulação, a integração, a operacionalidade e eficácia da ação governamental.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 12 - São atividades e funções de apoio direto ao Prefeito:

- I - Gabinete do Prefeito;
- II - Controle Interno;
- III - Procuradoria Geral;

Art. 13 - São órgãos de gestão da Administração Municipal:

- I - Secretaria Municipal de Fazenda;
- II - Secretaria Municipal de Administração.

Art. 14 - São órgãos de execução da ação da Administração Municipal:

- I - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- II - Secretaria Municipal de Saúde;
- III - Secretaria Municipal de Promoção Social;
- IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- V - Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

Art. 15 - São unidades de execução descentralizada da Administração Municipal:

- I - PSF - Programa de Saúde da Família;
- II - PAM - Pronto Atendimento Municipal;
- III - Postos de Saúde;
- IV - CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

### **SEÇÃO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 16 - A estrutura organizacional do Município de Lajinha - MG é constituída dos seguintes órgãos, unidades e funções administrativas:

- I - Gabinete do Prefeito.
- II - Controladoria Geral.
- III - Procuradoria Geral.
- IV - Secretaria Municipal de Fazenda;
  - 4.1 - Diretoria de Contabilidade e Orçamento;
  - 4.2 - Diretoria de Tributação, Fiscalização e Arrecadação.
  - 4.3 - Diretoria do Tesouro.
- V - Secretaria Municipal de Administração:
  - 5.1 - Diretoria de Recursos Humanos;
  - 5.2 - Diretoria de Recursos Materiais;
    - 5.2.1 - Divisão de Compras;
    - 5.2.2 - Divisão de Almoxarifado e Patrimônio.
- VI - Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
  - 6.1 - Diretoria de Planejamento e Ensino;
    - 6.1.1 - Divisão de Apoio ao Educando;
    - 6.1.2 - Divisão de Apoio Educacional e Pedagógico;
  - 6.2 - Diretoria de Cultura;
  - 6.3 - Unidades de Ensino. (8)
- VII - Secretaria Municipal de Saúde:
  - 7.1 - Diretoria de Controle e Avaliação;
  - 7.2 - Diretoria Clínica;
    - 7.2.1 - Pronto Atendimento Municipal - PAM;
  - 7.3 - Diretoria de Vigilância da Saúde;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- 7.4 - Programa de Saúde da Família - PSF; (3)
- 7.5 - Postos de Saúde. (5)
- VIII - Secretaria Municipal de Promoção Social;
- 8.1 - Centro de Referência em Assistência Social - CRAS;
- 8.2 - Divisão de Desporto, Lazer e Turismo.
- IX - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
- 9.1 - Divisão de Apoio à Agricultura;
- 9.2 - Divisão de Meio Ambiente.
- X - Secretaria Municipal de Obras e Transportes:
- 10.1 - Diretoria de Engenharia;
- 10.1.1 - Divisão Obras e Serviços Viários;
- 10.2 - Diretoria de Limpeza Urbana;
- 10.2.1 - Divisão de Limpeza Urbana e Coleta de Lixo;
- 10.3 - Diretoria de Transportes;
- 10.3.1 - Divisão de Administração do Terminal Rodoviário.

Art. 17 - Fica instituído o Conselho Municipal de Política de Administração e Remuneração de Pessoal - COMPAR, órgão colegiado de decisão superior, para receber, examinar e decidir sobre reclamações dos servidores públicos municipais, contra atos que afetem seus interesses ou direitos funcionais, composto de 05 (cinco) membros, nomeados pelo Prefeito, sendo:

- I - 02 (dois) representantes dos servidores municipais;
- II - 02 (dois) representantes da administração municipal,
- III - Secretário Municipal de Administração, que presidirá o Conselho, cujas atribuições serão objeto de regulamentação por ato do Poder Executivo.

Art. 18 - O organograma da Administração Direta do Poder Executivo é o constante do Anexo I desta Lei Complementar.

### **CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS SEÇÃO I DO GABINETE DO PREFEITO**

Art. 19 - Ao Gabinete do Prefeito compete:

- I - prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Prefeito, em assuntos internos do Poder Executivo;
  - II - coordenar e supervisionar a agenda do Prefeito;
  - III - promover, coordenar e controlar as atividades de comunicação social da Prefeitura;
  - IV - representar o Prefeito, sempre que determinado;
  - V - Coordenar e supervisionar as ações de apoio à Defesa Civil.
- § 1º - A Comunicação Social é uma função subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo, sendo as seguintes as suas atribuições:
- I - promover, coordenar e controlar as atividades de comunicação social do Prefeito;
  - II - organizar e dar publicidade à agenda do Prefeito;
  - III - coordenar e promover a diagramação, impressão e distribuição do jornal oficial do Município;
  - IV - dar publicidade, através do jornal oficial do Município, dos atos administrativos expedidos pelas autoridades da Administração Pública Municipal;
  - V - desenvolver, promover e divulgar programas e campanhas educativas;
  - VI - promover solenidades e cerimônias civis e militares, zelando pela observância das regras de protocolo, contidas no cerimonial oficial;
  - VII - representar o Prefeito, sempre que determinado.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 2º - A Defensoria Pública é uma função subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo, sendo as seguintes as suas atribuições:

I - prestar assistência jurídica ou judiciária gratuita, ao cidadão carente residente no Município, no encaminhamento de questões de seu interesse, perante os Poderes Públicos;

II - celebrar convênios com órgãos e entidades públicos e privados, visando à completa assistência jurídica ou judiciária aos munícipes necessitados;

III - propugnar pelo constante aprimoramento das instituições jurídico-assistenciais no interesse dos munícipes.

§ 3º - O Conselho Municipal de Defesa Civil integra por vinculação o Gabinete do Prefeito.

§ 4º - As demais atribuições e atividades das unidades administrativas do Gabinete do Prefeito serão definidas por ato do Poder Executivo.

### SEÇÃO I DA CONTROLADORIA GERAL

Art. 20 - À Controladoria Geral compete:

I - exercer o controle de legalidade, prévio, concomitante e subsequente das ações e atos administrativos, dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

II - acompanhar, controlar, inspecionar e avaliar as atividades e a gestão dos administradores municipais, bem como daqueles responsáveis por valores e bens municipais;

III - emitir pareceres e relatórios sobre atos e práticas administrativas, objetivando a sua regularização;

IV - fiscalizar o cumprimento das metas e diretrizes previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, bem como a sua execução.

V - analisar a prestação de contas anual do Prefeito e acompanhar o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas de Minas Gerais;

VI - analisar e assinar juntamente com o Secretário Municipal de Fazenda e o Prefeito, o Relatório de Gestão Fiscal;

VII - coordenar e avaliar o conteúdo das Audiências Públicas;

VIII - coordenar a Prestação de Contas Especial;

IX - promover, coordenar e supervisionar as atividades da Comissão de Sindicância e de Processo Administrativo, bem como emitir pareceres em matéria disciplinar;

Parágrafo único - As demais atribuições e atividades administrativas da Controladoria Geral serão definidas por ato do Poder Executivo.

### SEÇÃO III DA PROCURADORIA GERAL

Art. 21 - À Procuradoria Geral compete:

I - representar o Município, ativa e passivamente, em juízo;

II - assessorar diretamente o Prefeito Municipal em assuntos de natureza técnica-jurídica, elaborando, inclusive, as proposições e razões de veto a projetos de leis;

III - prestar assessoria jurídica às diversas unidades administrativas e órgãos vinculados às Secretarias da administração municipal, sempre que solicitada pelo respectivo Secretário;

IV - emitir parecer sobre interpretação e aplicação da legislação, vinculado administrativa e juridicamente à administração municipal;

V - promover a cobrança e/ou execução dos débitos existentes para com o Município, de natureza tributária ou não, bem como os inscritos em dívida ativa;

VI - examinar e aprovar previamente as minutas de editais de licitação, bem como as de contratos, acordos, convênios ou ajustes a serem firmados pelo Município, elaborando ou revendo as minutas dos respectivos instrumentos;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

VII - emitir parecer em todas as sindicâncias, processos administrativos, disciplinares, tributários e licitatórios, no âmbito da administração municipal;

VIII - controlar, negociar e determinar o pagamento de precatórios judiciais;

IX - Supervisionar e coordenar as atividades da Procuradoria Geral.

Parágrafo único - As demais atribuições e atividades administrativas da Procuradoria Geral serão definidas por ato do Poder Executivo.

### **SEÇÃO IV DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

Art. 22 - À Secretaria Municipal de Fazenda compete:

I - coordenar a elaboração de planos plurianuais e setoriais de governo e do orçamento anual, bem como acompanhar, controlar e avaliar a sua execução física, orçamentária e financeira;

II - identificar, viabilizar e coordenar a captação de recursos externos necessários ao cumprimento das metas governamentais;

III - planejar, coordenar, orientar, executar e avaliar a política financeira, fiscal e tributária do Município;

IV - participar da elaboração e implementação da política de desenvolvimento econômico e social do Município;

V - planejar, dirigir, executar e controlar o lançamento de tributos e a arrecadação de receitas municipais;

VI - planejar, dirigir, executar, controlar e fiscalizar as atividades econômicas sujeitas à tributação municipal;

VII - proceder à inscrição de débitos tributários ou não, em Dívida Ativa;

VIII - promover os registros e elaborar os demonstrativos contábeis do Município, bem como o Balanço Anual, em atendimento à Lei Orgânica e aos dispositivos Constitucionais;

IX - processar a despesa e administrar financeiramente os recursos, os fundos e a dívida pública municipal;

XI - promover o registro, controlar e fazer a prestação de contas de recursos oriundos de fundos, convênios e outras transferências governamentais.

XII - promover o registro e administrar o Cadastro Técnico do Município;

XIII - receber, pagar e guardar dinheiro e outros valores do Município;

XII - julgar em instância administrativa, o processo tributário administrativo.

Parágrafo único - As competências, atribuições e atividades das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Fazenda serão definidas por ato do Poder Executivo.

### **SEÇÃO V DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Art. 23 - À Secretaria Municipal de Administração compete:

I - planejar, organizar, dirigir, executar e controlar programas e atividades de administração e desenvolvimento de recursos humanos, administração de materiais, patrimônio, informática e serviços gerais;

II - administrar o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura promovendo a sua permanente atualização;

III - promover a avaliação de desempenho do servidor para fins de progressão horizontal no plano de cargos, carreiras e salários;

IV - promover concurso público para provimento de cargos efetivos;

V - promover a compra de bens e serviços necessários ao funcionamento e operacionalização da administração municipal;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

VI - preparar, julgar e adjudicar os processos licitatórios e pregões, por meio da Comissão Permanente de Licitação e do Pregoeiro Oficial;

VII - administrar os bens patrimoniais do Município, promovendo o seu inventário, a guarda, conservação e manutenção;

VIII - coordenar e acompanhar a execução de planos, projetos e atividades de informática junto aos órgãos e entidades da administração municipal;

IX - coordenar e executar os serviços gerais, tais como: protocolo, arquivo, recepção, zeladoria, copa, reprografia, telefonia e vigilância;

X - coordenar e executar os serviços de administração de cemitérios e velórios.

Parágrafo Único - As competências, atribuições e atividades das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Administração serão definidas por ato do Poder Executivo.

### **SEÇÃO VI DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Art. 24 - À Secretaria Municipal de Educação e Cultura compete:

I - planejar, organizar, dirigir e executar as atividades relacionadas com a educação e a cultura no âmbito do Município;

II - elaborar o Plano Municipal de Educação, tendo em vista o desenvolvimento do ensino em todos os níveis;

III - formular e implementar políticas de organização e funcionamento da rede municipal de ensino;

IV - garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem;

V - manter no nível mínimo, o índice de reprovação e evasão escolar;

VI - propor medidas de valorização, aperfeiçoamento e assistência pedagógica aos profissionais da rede municipal de ensino;

VII - coordenar o processo de avaliação de desempenho dos profissionais do magistério;

VIII - coordenar e administrar o plano de cargos, carreiras e salários do magistério;

IX - atender ao educando do ensino infantil e fundamental, através do fornecimento de material didático, transporte escolar e assistência à saúde;

X - promover anualmente o Cadastramento Escolar;

XI - coordenar as ações relacionadas à “Merenda Escolar”;

XII - formular e implementar programas de inclusão social na rede municipal de ensino;

XIII - organizar, manter e supervisionar bibliotecas e centros de recreação para a comunidade;

XIV - promover atividades culturais e artísticas no Município;

XV - fomentar a proteção e a promoção do patrimônio cultural, artístico, histórico e natural do município, bem como zelar pela sua preservação e manutenção;

XVI - fomentar a criação e realização de feiras e exposição de produtos e do artesanato no Município.

§ 1º - Os Conselhos Municipais de Educação, de Alimentação Escolar e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Pessoal do Magistério de Lajinha integram, por vinculação, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 2º - As competências, atribuições e atividades das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, serão definidas por ato do Poder Executivo.

### **SEÇÃO VII DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 25 - À Secretaria Municipal de Saúde compete:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I - planejar, organizar, supervisionar, dirigir, executar e avaliar as políticas, os planos e programas municipais de saúde pública e de vigilância sanitária;

II - implementar e supervisionar o Sistema Único de Saúde no Município;

III - elaborar e atualizar os planos e técnicas de saúde em consonância com a realidade epidemiológica;

IV - coordenar e administrar os recursos humanos de saúde;

V - zelar e manter a rede física de saúde instalada, promovendo o seu suprimento e funcionamento;

VI - administrar e gerir o PSF - Programa de Saúde da Família, o PAM - Pronto Atendimento Médico e os Postos de Saúde;

VII - administrar e gerir o Fundo Municipal de Saúde.

VIII - desenvolver e promover campanhas preventivas de saúde e de educação sanitária.

§ 1º - O PAM - Pronto Atendimento Médico, os Postos de Saúde e o PSF - Programa de Saúde da Família integram por subordinação à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º - O Conselho Municipal de Saúde integra por vinculação à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º - As competências, atribuições e atividade das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Saúde serão definidas por ato do Poder Executivo.

### **SEÇÃO VIII** **SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL**

Art. 26 - À SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL compete:

I - planejar, organizar, supervisionar, dirigir, executar e avaliar as políticas, os planos e programas municipais de bem estar social;

II - participar da formulação da política municipal de trabalho, de promoção e desenvolvimento social harmonizando as relações entre o trabalhador e o mercado de trabalho, em articulação com órgãos e entidades federais, estaduais e intermunicipais;

III - estimular e orientar a formação de diferentes organizações comunitárias voltadas para o trabalho e a promoção social;

IV - prestar assistência a indivíduos ou grupos carentes, e à população em situação de emergência, em articulação com a comunidade e órgãos específicos, bem como na criação de emprego e geração de renda;

V - exercer a coordenação da política municipal de apoio à pessoa deficiente, à mulher, ao idoso, à criança e ao adolescente e aos jovens em situação de risco;

VI - coordenar as ações dos programas Bolsa Família e Agente Jovem;

VII - propor política municipal de desportos, lazer e turismo, bem como promover, acompanhar e avaliar a sua implementação;

VIII - promover, estimular e orientar a prática de modalidades esportivas, de esportes amadores e de lazer;

IX - promover a expansão, o aprimoramento e a divulgação das atividades esportivas de lazer e do turismo no Município;

§ 1º - O CRAS - Centro de Referência em Ação Social integra por subordinação à Secretaria Municipal de Promoção Social.

§ 2º - Os Conselhos Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, integram por vinculação a Secretaria Municipal de Promoção Social.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 3º - As competências, atribuições e atividade das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Promoção Social serão definidas por ato do Poder Executivo.

### **SEÇÃO IX DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

Art. 27 - À Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente compete:

I - elaborar e propor políticas de gestão econômica e administrativa das áreas destinadas ao assentamento e expansão de atividades econômicas no Município;

II - participar da formulação, implantar e coordenar as políticas municipais dos setores de agricultura, pecuária e abastecimento municipal, bem como de preservação e recuperação do meio ambiente;

III - desenvolver planos, programas e projetos municipais de atuação e desenvolvimento de atividades agrícolas e de pecuária, de forma integrada com órgãos e programas a nível federal, estadual e intermunicipal;

IV - fomentar a criação de cooperativas de produção, comercialização e distribuição de produtos agrícolas, pecuários;

V - planejar e coordenar as atividades do viveiro de mudas e controlar a distribuição de mudas e sementes;

VI - elaborar, coordenar e avaliar as normas, padrões e procedimentos de controle e licenciamento ambiental no Município;

VII - fiscalizar e preservar o meio ambiente, os recursos naturais, bem como as áreas verdes institucionais e a fauna do Município;

VIII - coordenar e implementar o saneamento ambiental através da proteção das nascentes, do controle da erosão e da preservação de áreas degradadas;

IX - exercer a fiscalização e a apreensão de animais silvestres;

X - coordenar os processos de licenciamento das atividades econômicas a se instalarem no Município;

XI - apoiar as atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Instituto Estadual de Florestas - IEF e o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA.

§ 1º - Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Desenvolvimento Ambiental integram a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente por vinculação.

§ 2º - As competências, atribuições e atividades das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente serão definidas por ato do Poder Executivo.

### **SEÇÃO X DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES.**

Art. 28 - À Secretária Municipal de Obras e Transportes compete:

I - definir as políticas municipais de planejamento e desenvolvimento urbano, de habitação, de trânsito e dos transportes urbanos, de obras públicas e do saneamento básico, em consonância com o Plano Diretor do Município;

II - planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades relacionadas com a prestação de serviços públicos, de execução de obras públicas, de uso e ocupação do solo e limpeza urbana;

III - fiscalizar a prestação de serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados pelo Município;

IV - controlar o uso e executar a manutenção de veículos, máquinas e equipamentos pesados;

V - manter e conservar rios, praças, parques, jardins, ruas, vias e estradas municipais;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

VI - emitir parecer em processos de concessão de licença de obras civis e de infraestrutura urbana, bem como fiscalizar a sua execução;

VII - administrar os bens patrimoniais imóveis do Município, promovendo a sua conservação e manutenção;

VIII - promover a coleta e o aterramento do lixo domiciliar e hospitalar;

IX - exercer o controle e a fiscalização de máquinas e veículos municipais;

X - coordenar, controlar e executar os serviços de transportes e oficina da Prefeitura;

XI - manter, conservar e guardar a frota de veículos e máquinas do Município;

XII - administrar, controlar e a fiscalizar o Terminal Rodoviário do Município.

§ 1º - O Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE e a Usina de Reciclagem integram por vinculação à Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

§ 2º - As competências, atribuições e atividades das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Obras e Transportes serão definidas por ato do Poder Executivo.

### **CAPÍTULO V DOS CARGOS**

Art. 29 - Ficam criados os cargos de provimento em comissão de chefia, direção e assessoramento, necessários à implantação e funcionamento da estrutura organizacional prevista no Capítulo III, e relacionados no Anexo II, parte integrante desta lei.

Art. 30 - A denominação, recrutamento, requisitos de investidura, quantidade, distribuição, lotação e vencimento dos cargos de provimento efetivo e em comissão do Município de Lajinha - MG serão estabelecidos por Lei Complementar que dispuser sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Municipais.

Art. 31 - Aos cargos de provimento em comissão serão acrescidas denominações complementares correspondentes aos respectivos órgãos e unidades administrativas de atuação.

Art. 32 - São considerados transformados os cargos que, mantidas as mesmas atribuições, receberem nova denominação nesta Lei.

§ 1º - A transformação prevista neste artigo não interrompe a contagem de tempo para fins de progressão.

§ 2º - Os cargos transformados são os constantes do Quadro de Correlação de Cargos contidos na lei que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Municipais.

### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 33 - Ficam mantidos os órgãos colegiados e os programas de trabalho existentes na data de publicação desta Lei.

Art. 34 - A carga horária dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão do Município de Lajinha - MG é de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único - Serão mantidas as cargas horárias definidas em legislação específica de categoria profissional ou convenção coletiva de trabalho.

Art. 35 - Para atender às despesas decorrentes da implantação desta Lei, fica o

Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no limite necessário à implementação das alterações estruturais e/ou funcionais, podendo para tanto, utilizar recursos provenientes de anulação ou remanejamento de dotações orçamentárias dos órgãos transformados e da Reserva de Contingência.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 36 - O Poder Executivo regulamentará, em Decreto, as competências, as atribuições, as atividades, e a organização interna da estrutura complementar das unidades administrativas.

Art 37 – Esta Lei entrará em vigor em 01/01/2009, revogando-se todas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E OITO. (22/12/2008)

**Ver. PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA**  
**Presidente da Câmara**

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 31/12/2008, conforme cópia arquivada em pasta própria.

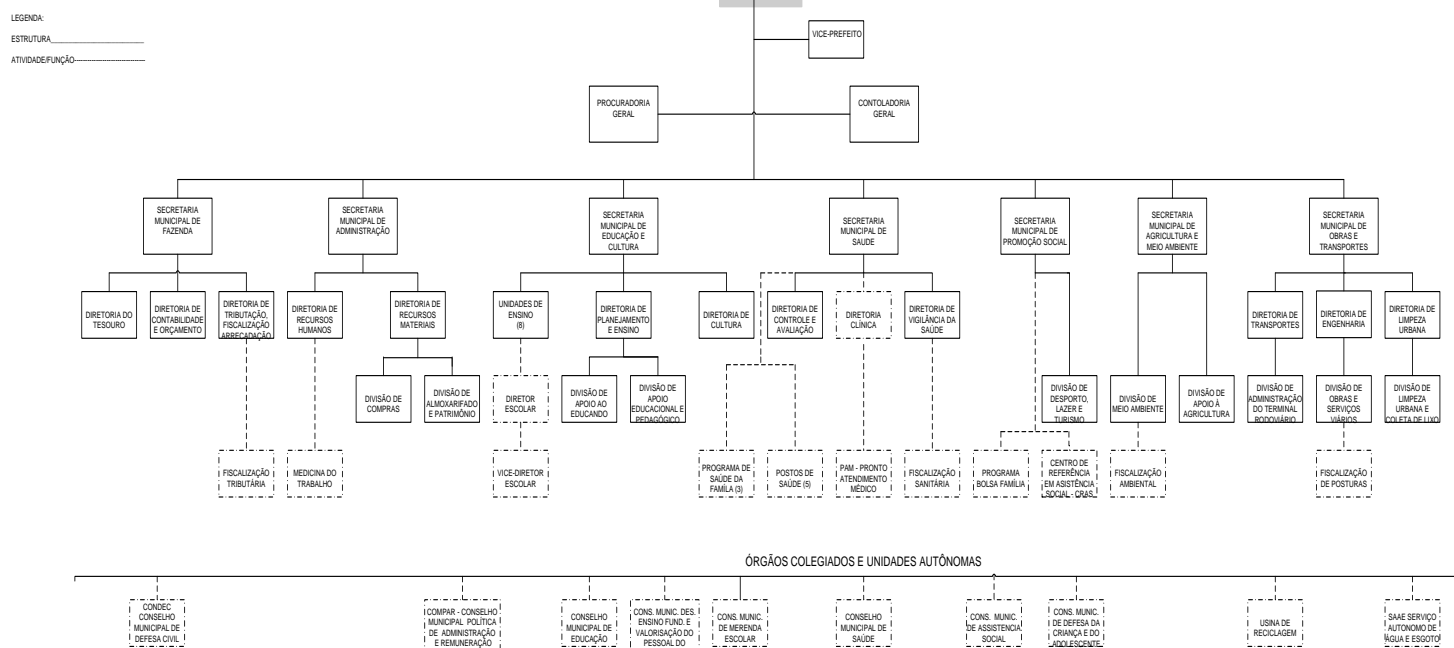
Lúcia Maria Miguel Moraes  
Atendente Legislativo

### Município de Lajinha – Estado de Minas Gerais Organograma Geral – Lei Ordinária nº 1.286/2008

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJINHA

ORGANOGRAMA GERAL - LEI nº 1.286/2008

VERSÃO FINAL





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA